

Liberais vão ao TRE contra Corrêa e Roriz

O Movimento Liberal Progressista (PL/PMDB/PS/PRP) do candidato Elmo Serejo, entrou ontem com uma representação no Tribunal Regional Eleitoral, contra os candidatos Maurício Corrêa, da Frente Popular e Joaquim Roriz, da Frente Comunitária. Com base num programa levado ao ar pela coligação de Corrêa, eles pretendem indicar o ex-governador por crime de corrupção eleitoral ou então o próprio senador Maurício Corrêa, por calúnia.

No programa, Maurício Corrêa acusa Roriz de ter prometido à Maria José dos Santos, durante campanha, um lote de terra, dizendo que faria isso antes de ser eleito. O senador apresentou também um convite para almoço na associação comunitária de inquilinos de Taquatinga norte, com a presença de Roriz, onde se discutiria a entrega de lotes para todos os presentes, cadastrados ou não, que moram naquela cidade-satélite.

Na opinião da assessoria jurídica de Elmo Serejo, alguém tem culpa no cartório. "Ou o senador Maurício está dizendo a verdade, e o candidato Roriz deve ser indiciado criminalmente, ou então ele deve ser processado por di-

famação", argumentou o advogado Luis Barbosa. Ele lembrou que a representação foi movida também contra o governador Wanderley Vallim e a vice candidata de Roriz, Márcia Kubistcheck. O primeiro por colaborar ilegalmente e ostensivamente com a campanha do ex-governador, e a segunda por abuso no exercício de funções públicas e do poder econômico.

Segundo o mesmo advogado, como o candidato Joaquim Roriz não respondeu às acusações durante o programa eleitoral ou mesmo através de algum órgão de imprensa, eles acreditam que têm o direito de pedir à justiça eleitoral uma solução para o caso. Já o coordenador de divulgação da campanha, José Carlos Romancini, informou que não há a intenção de se cassar a candidatura de Roriz, mas sim esclarecer as denúncias feitas por Maurício Corrêa. "Roriz deveria responder pessoalmente às acusações, mas se ele não o fizer, compete à justiça investigar a denúncia. A acusação é muito grave e não pode passar em branco", completou Romancini. Na segunda-feira o pedido de representação será entregue ao corregedor eleitoral regional, para que sejam feitas as investigações.